

A HISTORIOGRAFIA DA URBANIZAÇÃO REGIONAL NO BRASIL COLONIAL

Formação das redes urbanas no sertão baiano
em suas lavras auríferas e diamantinas

Leticia Coêlho De Oliveira
Pontifícia Universidade
Católica de Campinas
Renata Baesso
Pontifícia Universidade
Católica de Campinas

RESUMO | O objetivo deste artigo é apresentar um balanço do que foi pesquisado por acadêmicos e órgãos de preservação do patrimônio em relação à história da urbanização no Brasil, com foco na formação de redes urbanas proveniente da exploração de diamantes na Chapada Diamantina, Bahia, nos séculos XVIII e XIX. Este balanço objetiva encontrar possíveis lacunas que uma pesquisa no campo da arquitetura e do urbanismo possa vir a preencher. Ao examinar a vasta bibliografia nacional e regional, destaca-se a necessidade de incorporar as contribuições desses renomados pesquisadores na elaboração de novas pesquisas. Durante a fase exploratória, ficou evidente a escassez de estudos específicos sobre Arquitetura e Urbanismo relacionados à história da urbanização na Bahia, especialmente na região da Chapada Diamantina, que tratem da formação territorial e dos espaços intraurbanos.

Palavras chave: Núcleos Urbanos, história da urbanização no Brasil, história regional, séculos XVIII e XIX.

ABSTRACT | The aim of this article is to present an overview of what has been researched by academics and heritage preservation organizations regarding the history of urbanization in Brazil, focusing on the formation of urban networks resulting from the exploration of diamonds in the Chapada Diamantina region, Bahia, in the 18th and 19th centuries. This review aims to identify potential gaps that research in the field of architecture and urbanism could address. Upon examining the extensive national and regional bibliography, it becomes evident that there is a need to incorporate the contributions of these renowned researchers in the development of new studies. During the exploratory phase, the scarcity of specific studies on Architecture and Urbanism related to the history of urbanization in Bahia, especially in the Chapada Diamantina region, dealing with territorial formation and intraurban spaces, became apparent.

Keywords: urban centers history of urbanization in Brazil, regional history, 18th and 19th centuries

Introdução

Visando contribuir com os estudos de História da Urbanização no Brasil, particularmente em uma perspectiva regional sobre a Chapada Diamantina – BA, nos séculos XVIII e XIX, este artigo apresenta um balanço sobre as pesquisas no recorte espacial e temporal em questão. A presente investigação é parte da pesquisa de doutorado em Arquitetura e Urbanismo, em estágio inicial, que tem por intuito identificar, na materialidade do território em questão, vestígios da gênese dos núcleos urbanos e dos caminhos que os conectavam em uma rede urbana decorrente das atividades de exploração aurífera e de diamantes.

O presente trabalho é um balanço dos estudos no campo da história da urbanização no Brasil, com enfoque regional. Tendo em vista, que os estudos sobre a região da Chapada Diamantina foram produzidos, predominantemente, no campo da história e da geografia, este balanço objetiva encontrar possíveis lacunas que uma pesquisa no campo da arquitetura e do urbanismo possa vir a preencher. Ao levantar o “estado da arte” das pesquisas sobre a região, pode-se traçar um panorama do que já foi produzido com buscas tanto no âmbito acadêmico, quanto nos órgãos de proteção do patrimônio cultural para, desse modo, identificar questões ainda pouco debatidas, nessa linha de investigação.

1. O “estado da arte” sobre a história da Urbanização no Brasil.

Os estudos no campo da história da urbanização, no Brasil são recentes. O pesquisador pioneiro no país foi o Nestor Goulart Reis Filho, que inaugura o campo de estudo, em meados de 1960, e promove uma metodologia adequada a realidade brasileira, referente aos estudos das cidades e do território.

A forma de lidar com o território como fonte material de estudo é o grande diferencial na metodologia criada pelo autor, que também se vale de documentos elaborados pela Coroa portuguesa e cartografias históricas, de modo a entender a formação de redes urbanas. O método proposto permite compreender o território em escalas regionais e intercontinentais, já que no período colonial as diretrizes de urbanização eram dadas pela Coroa portuguesa e implementadas pelos seus agentes.

Reis (2000,2001) se contrapõe aos escritos de Sérgio Buarque de Holanda, em especial ao capítulo o “Semeador e o Ladrilhador”, do livro Raízes do Brasil (1947), quando demonstra a política urbanizadora de Portugal para os territórios coloniais, detalhando planos e ações para fundação de núcleos urbanos.

A análise aprofundada das relações sociais entre os agentes que modelam o espaço, relevantes no processo de urbanização, no contexto das redes urbanas, esclarece não apenas a evolução física das cidades, mas também a interdependência entre os elementos arquitetônicos, o planejamento urbano e as dinâmicas sociais que moldaram o tecido urbano. Este enfoque multidimensional fornece uma perspectiva abrangente e enriquecedora para a compreensão da história da urbanização, transcendendo as abordagens tradicionais e evidencia a importância das relações sociais na configuração das dinâmicas urbanas.

A pesquisa de Murilo Marx (1991) desvela o intrincado processo de doação de

terras, desde a divisão das capitâneas hereditárias até a concessão de sesmarias e doações de patrimônios eclesiásticos, contribuindo para o desenvolvimento de núcleos urbanos. São abordados os sistemas de donatários e sesmarias, oferecendo uma análise aprofundada dos mecanismos pelos quais as terras eram distribuídas e controladas ao longo do período estudado. O autor investiga a relação da Igreja e do Estado na organização do espaço urbano, e os diversos status de urbanização, desde a formação de pequenos núcleos de povoamento, entorno de capelas, até a elevação dos núcleos urbanos à condição de freguesias, vilas e cidades.

Os estudos de Teixeira (1999) são valiosos por discorrem sobre as cidades construídas pelos portugueses fora da Europa, do século XVII ao início do XIX. O autor concentra-se na compreensão do traçado urbano português, atribuindo-lhe considerável destaque em seus estudos. Ao demonstrar a racionalidade empregada no traçado, os elementos que desencadeiam a formação do núcleo urbano são as praças. Abrigando funções administrativas ou eclesiásticas, as praças se destacam no sítio urbano, determinando a configuração dos demais elementos que o compõem o traçado urbano.

A obra de Bueno destaca-se ao oferecer um significativo contributo ao campo da história da urbanização no Brasil colônia. O Dossiê “Caminhos da História da Urbanização no Brasil Colônia” (2012) esmiúça as nuances do processo de urbanização no contexto colonial brasileiro. A autora, além de seguir os passos estabelecidos por Reis Filho, expande o escopo da pesquisa com enfoque nos engenheiros militares (Bueno, 2004), compreendidos como agentes modeladores do espaço.

Com relação às pesquisas de recorte regional, que investigam territórios formados a partir da exploração de minérios, a tese de Boaventura (2007), “Urbanização em Goiás no século XVIII”, permite a compreensão da formação de núcleos urbanos na capitania de Goiás, além do entendimento de fluxos e dinâmicas para adentrar o território em busca de metais preciosos, estabelecendo conexões criadas pelo mercado interno brasileiro, seja no papel de levar alimentos, seja no escoamento de produção.

Fonseca (2011) lança luz sobre o processo de formação de vilas e arraiais nas áreas auríferas de Minas Gerais. Em seu trabalho primoroso explica a formação de redes urbanas e o processo de ocupação dos portugueses na busca pelo ouro nos denominados sertões. Em um trecho de sua pesquisa elucida essa classificação em diferentes regiões brasileiras: “Não se deve imaginar que o sertão esteja limitado à província de Minas Gerais; ao contrário, ele se estende pela Bahia e Pernambuco, e toda a província de Goiás, que lhe é contígua, não passa de um imenso deserto.” (FONSECA, 2011: 52)

A autora esboça o histórico das primeiras formações de vilas, além de estabelecer conexões entre as políticas da Coroa Portuguesa e a influência da Igreja Católica. Ambas as instituições desempenharam o papel de configurar o espaço urbano durante o período colonial. É relevante destacar que, ao conduzir sua pesquisa na França, a autora fundamenta seu trabalho na base teórica desenvolvida por Bernard Lepetit.

Os trabalhos de Arrais (2013, 2017) englobam redes urbanas geradas no século XVIII e XIX, por conta das dinâmicas das fazendas de gado no Rio São Fran-

cisco, responsáveis por alimentar as populações das regiões auríferas. Essas pesquisas são fundamentais para o entendimento da complementariedade das relações entre os núcleos urbanos e outras formas de ocupação do território, organizadas em rede, no período colonial. O autor mapeia rotas, locais de descanso, fazendas e povoações ao longo das margens do Rio São Francisco, que serviram como o eixo central para o povoamento nas áreas conhecidas como “sertões” nos atuais estados de Pernambuco e Bahia.

No livro “O sertão itinerante: expedições das capitanias de São Paulo no século XVIII”, Kok (2004) descreve as tipologias de expedições que ocorriam em todo território colonial, com o intuito de desbravar os sertões. O resultado dessa obra articula ricos mapas que elucidam o entendimento das redes urbanas desenvolvidas no período colonial.

Os trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa “História das cidades: ocupação territorial e ideários urbanos”, sediado na PUC Campinas são referências importantes. A tese de Ferreira (2022) analisa o processo de formação do território e dos espaços urbanos na rede urbana polarizada pelas vilas de Casa Branca e Caconde, no noroeste paulista, a partir da formação de patrimônios religiosos e de suas características fundiárias e morfológicas. Já a tese de Menegaldo (2024) analisa a formação urbana a partir das ações de agentes modeladores do espaço, pertencentes ao grupo senhorial local. Esses trabalhos apresentam contribuições metodológicas para os estudos urbanos na medida que exploram fontes documentais e espacializam informações históricas que demonstram novas perspectivas de análise.

1.1. Síntese das pesquisas sobre a história da urbanização no contexto regional da Chapada Diamantina

O primeiro passo para compilar as bibliografias relacionadas ao contexto baiano envolveu a busca em locais que são proeminentes na produção de obras referentes à historiografia que desvende a formação desse território. A coleta de materiais foi realizada nos acervos do IGHB (Instituto Geográfico e Histórico da Bahia), onde as pesquisas sobre Theodoro Sampaio e os escritos de Gonçalves de Athayde são particularmente ricas na descrição territorial e histórica.

Além disso, foram consultados os acervos da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde estão em grande maioria os materiais pertinentes ao contexto baiano, especialmente relacionado ao campo de estudo no acervo de lugares de memória. O acervo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), foi também consultado por ser a instituição mais próxima geograficamente ao objeto de estudo, e por sua produção nas ciências sociais e na história.

A consulta aos acervos dos órgãos de proteção do patrimônio cultural teve como objetivo utilizar esses materiais como suporte para a compreensão da história, sem adentrar na discussão sobre as políticas do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e do IPAC (Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia). É crucial ressaltar que esses documentos, dossiês e inventários são bases que norteiam investigações históricas, mas a intenção não é abordar questões relacionadas às políticas e gestão do patrimônio.

Os “Pareceres do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural: Cidades Históricas, Conjuntos Urbanísticos e Arquitetônicos”, organizados por Nestor Goulart

Reis Filho e Anna Elisa Finger por meio do IPHAN em 2016, compilam dados significativos sobre os núcleos urbanos estudados. Cada descrição inicia-se com a enumeração do número do processo, o relator responsável e a data da reunião do conselho relacionada às decisões referentes a cada núcleo urbano. Além disso, esse material visa facilitar a interpretação por meio de um corpo técnico de relatores que detalha as características da materialidade dos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos.

Os Boletins do IPHAN, Pró-memória, são os instrumentos mais completos encontrados, que contemplam a escala regional e chegam até a escala das edificações. Do ponto de vista dos estudos regionais, Paulo Ormino Azevedo desempenha papel fundamental ao criar metodologias de análise para a Bahia, em meados de 1980, publicadas nos Boletins do IPHAN, Pró-Memória. O Volume IV dos boletins é material essencial na construção da base teórica e conceitual da presente pesquisa.

Com base nesse material bibliográfico, foi possível traçar a delimitação do território a ser estudado pois esses núcleos urbanos tombados foram inventariados pela autarquia vinculada à secretaria de cultura do estado da Bahia, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) que, em meados da década de 1980, elaborou um conjunto de fichas com informações referentes ao patrimônio ali existente e informações técnicas de cunho arquitetônico.

Na metodologia desenvolvida pelo IPAC, as fichas são utilizadas para classificar cidades durante o processo de tombamento. O método de avaliação foi especialmente elaborado para contemplar a realidade brasileira e as peculiaridades existentes do patrimônio local. Várias características são consideradas, desde a paisagem que envolve a cidade até o volume de edificações históricas localizadas em seu núcleo urbano.

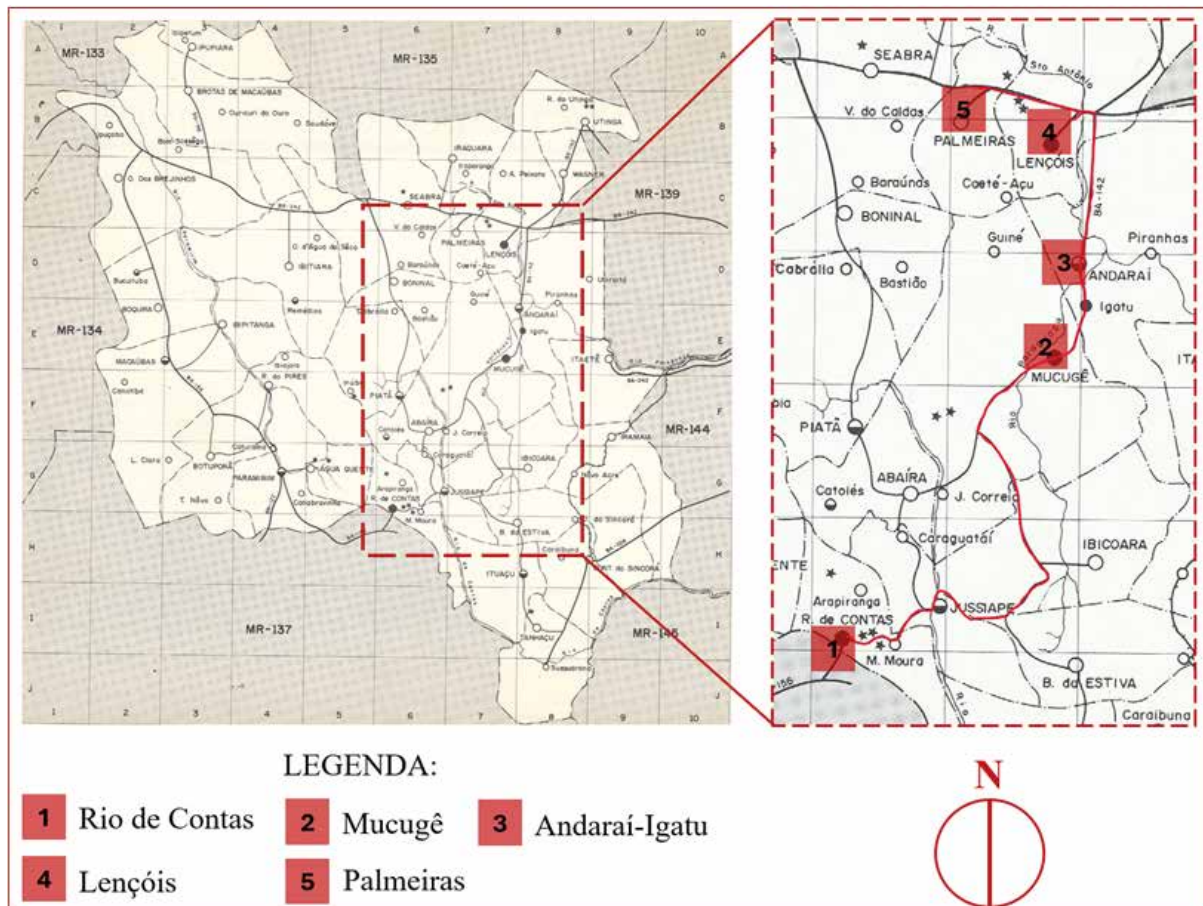
Os municípios, por sua vez, recebem classificações específicas. Os sítios urbanos de Mucugê, Igatú (distrito de Andaraí) e Lençóis são considerados no inventário como “sítios monumentais”, pois apresenta um significativo volume de edificações tombadas em sua malha urbana, que incluem edificações residenciais, religiosas e civis públicas.

A cidade de Andaraí, com seu conjunto de casarões, é definida como “cidade de monumentos”, pois nem todos os edifícios em sua malha urbana são caracterizados como históricos. Já Palmeiras é descrita como “cidade que faz parte do acesso de estradas principais e contém edificações isoladas tombadas”, com a maioria das edificações analisadas localizadas em caminhos e fazendas e não apenas no núcleo urbano. A Figura 02 destaca a classificação feita pelo IPAC.

O Acervo Municipal de Rio de Contas, abriga uma farta coletânea de materiais sobre a história local e sobre a formação da rede urbana a partir do primeiro núcleo implantado que se desmembrou com o decorrer da história e gerou as cidades que comportavam os fluxos de mercadorias, alimentos e dinâmicas econômicas. Do ponto de vista da constituição da rede urbana, Minas de Rio de Contas se configura como o primeiro núcleo implantado como estratégia de controle do território da Chapada Diamantina pela Coroa Portuguesa no século XVIII. A pesquisa de doutorado, da qual o presente trabalho constitui uma etapa inicial de desenvolvimento, tem por objetivo demonstrar a formação da rede urbana a partir dos desmembramentos territoriais do extenso termo original

de Minas de Rio de Contas que deram origem às atuais cidades de Mucugê, Lençóis, Palmeiras, Andaraí e seu distrito Iगतú.

Fig. 01 Recorte regional da rede urbana com sítios históricos tombados do Inventário de Proteção, 1978. Fonte: Inventário de Proteção do acervo cultural da Bahia, Vol. 4, Serra Geral e Chapada Diamantina, 1978, p.150. Adaptado pelas autoras.



As contribuições de Oliveira (1976) oferecem uma perspectiva detalhada referente a Bahia do século XIX e suas dinâmicas. Sendo de interesse a análise feita sobre o papel estratégico das cidades na estrutura administrativa da Coroa Portuguesa e as interações internas das redes urbanas regionais, assim como o funcionamento das intuições políticas e econômicas da estrutura colonial. É relevante destacar que as câmaras, enquanto poderes locais citadinos, assumiram uma posição central no período colonial. Responsáveis pelo funcionamento administrativo das cidades e vilas, essas instâncias mantiveram uma relação direta, mediação e troca tanto com as esferas superiores do Estado quanto com a população local, expressas no jogo de escalas.

A compreensão da vasta teia que origina núcleos urbanos e conecta o território brasileiro permite a análise da formação das dinâmicas regionais na Bahia, para entender a evolução histórica do país. Neste contexto, a contribuição de Maria Helena Flexor (1988) emerge como uma fonte valiosa, enriquecendo o campo acadêmico com trabalhos dedicados à origem dos núcleos urbanos no século XVIII, bem como aos planejamentos urbanos do litoral brasileiro e seu impacto na urbanização dos sertões, engloba a dimensão territorial da Bahia até o encontro do litoral paulista.

Igaporã, lidando superficialmente com as regiões onde a dinâmica mineradora era mais recorrente.

Conclusão

Ao analisar o panorama abrangente das bibliografias coletadas tanto em âmbito nacional quanto regional, destaca-se a importância indispensável de incorporar as contribuições desses renomados pesquisadores na formulação de uma pesquisa voltada para a rede urbana originada pela produção de diamantes na Chapada Diamantina, entre o século XVIII e XIX. Os trabalhos consultados não apenas fornecem uma base metodológica robusta, mas também oferecem suporte essencial para a compreensão das questões históricas que permearam o período do Brasil Colonial.

Durante a fase de pesquisa exploratória, tornou-se evidente a carência de estudos abordando a temática específica de Arquitetura e Urbanismo que abordam a área de estudo relacionada à história da urbanização na Bahia, no recorte territorial da Chapada Diamantina. Essa constatação é ainda mais notável diante da limitada oferta de programas de pós-graduação na região, os quais, infelizmente, não contemplam de maneira abrangente as questões em busca. Além disso, observou-se que alguns dos materiais bibliográficos coletados, como dissertações e teses, foram produzidos em universidades situadas no sudeste do país.

O suporte oferecido por meio dos materiais elaborados pelos órgãos governamentais, serão essenciais no desenvolvimento da tese de doutorado. O que exigirá uma análise crítica e minuciosa desse conjunto de informações material.

Bibliografia

AZEVEDO, P. O. de. (2016). PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 24, 237-256.

ARAES, E. (2013). Rio dos Currais: Paisagem material e rede urbana do Rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco. *Anais do Museu Paulista*, 21(2), jul.-dez.

ARAES, D. E. A., & BUENO, B. P. S. (2017). Ecos de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos “certoens” do Norte, c. 1666-1820.

BUENO, B. P. S. (2004). O ensino de arquitetura nas aulas de engenharia militar da Bahia no século XVIII. *Desígnio*, 1, 93-100. São Paulo: Anna Blume.

BUENO, B. P. S. (2012). Caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia. *Anais do Museu Paulista*, 20(1).

DELSON, R. M. (1997). *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Edições Alva.

FERREIRA, R. A. S. (2022). *À sombra da capela: os patrimônios religiosos na constituição dos espaços urbanos e na formação do território polarizado pelas vilas de Casa Branca e Caconde no século XIX*. Tese de doutorado, PO-

SURB-ARQ, PUC Campinas, Campinas - SP.

FLEXOR, M. H. O. (1988). Núcleos urbanos planejados do século XVIII. Freguesias da Bahia, 1552/1887 e actos do Governo 1890/1896. V. 1. Arquivo do Estado da Bahia, Ref. 5247.

FONSECA, C. D. (2011). Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: UFMG, 51-124.

HOLANDA, S. B. (1936). Raízes do Brasil. São Paulo: Livraria José Olympio.

KOK, G. (2004). O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII. São Paulo: Hucitec.

MAGALHÃES, B. de. (1935). Expansão geográfica do Brasil Colonial (2ª ed.). São Paulo: Nacional. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5 - Série Brasileira, 45).

MENEGALDO, A. B. F. (2024). Agentes modeladores do território: a família Souza Aranha em Campinas-SP (1806-1902). Tese de doutorado, POSURB-ARQ, PUC Campinas, Campinas – SP.

MOTTA, L. (2012). O patrimônio cultural urbano à luz do diálogo entre história e arquitetura. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 34, 249-279.

MARX, M. (1991). Cidade no Brasil terra de quem? I Murillo Marx. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo.

NEVES, E. F. (2008). Uma comunidade Sertaneja da sesmaria ao Minifúndio.

OLIVEIRA, W. F. de. (1976). A Bahia do Século XIX. In Bahia. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. Centro de Planejamento da Bahia, Atlas do Estado da Bahia. Salvador: Artes Gráficas.

PEREIRA, G. A. (1899). Notícias sobre a Descoberta das lavras diamantinas na Bahia. In Revista Trimestral do IGHB, Instituto Histórico da Bahia, 75-80, mar. - (1910). Memória Histórica e descritiva do município de Lençóis, 4. - (1937). Memória histórica e descritiva do município de Andarahy. Imprensa Oficial do Estado. - (1940). Minas do Rio das Contas. Bahia.

REIS FILHO, N. G. (2001). Evolução Urbana do Brasil, 1500-1720. São Paulo.

REIS FILHO, N. G. (2017). A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 35, 139-155.

REIS FILHO, N. G., BUENO, B. P. S., & BRUNA, P. J. V. (2000). Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial. Edusp.

REIS FILHO, N. G., & FINGER, A. E. (2016). Pareceres do conselho consultivo do patrimônio cultural: cidades históricas, conjuntos urbanísticos e arquitetônicos. Iphan.

SAMPAIO, T. (1905). O rio de São Francisco e a Chapada Diamantina: trechos

de um diário de viagem. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas.
Teixeira, M. C. (2012). A forma da cidade de origem portuguesa. Editora Unesp.

VASCONCELOS, A. L. (2015). As Vilas do Ouro: sociedade e trabalho na economia escravista mineradora (Bahia, Século XVIII). Vitória da Conquista: Edições UESB.

XVI Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo / Cristina Araujo Lima...
[et al.] ; Contribuciones de Josefina Dámaris Gutiérrez ; Compilación de Mónica S.
Martínez. - 1a ed compendiada. - Córdoba : Editorial de la Facultad de Arquitectura,
Urbanismo y Diseño de la Universidad Nacional de Córdoba ; Cataluña : Universitat
Politecnica de Catalunya, 2024.
Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online
ISBN 978-987-8486-61-1

1. Urbanismo. I. Araujo Lima, Cristina II. Gutiérrez, Josefina Dámaris, colab. III. Martínez, Mónica S., comp.

CDD 711.007